

TECNOLOGIAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL. CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS PARA REPENSAR A QUESTÃO DA INCLUSÃO

Virginia Martínez Coenda – CIECS-CONICET-UNC (Argentina)

mumymartinez@hotmail.com

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

GT: Tecnología Social

1. Introdução

As tecnologias para a inclusão social -TIS- (que é a maneira como as tecnologias sociais são denominadas na Argentina), embora recuperem tradições e reivindicações históricas (tecnologias apropriadas, construtivismo social da tecnologia, entre outras) tiveram uma forte revitalização no início do século XXI na América Latina e, muitas vezes, políticas públicas voltadas para a promoção desse tipo de iniciativas foram geradas.

Dagnino (2014) afirma que o conceito de tecnologia social é baseado em uma ideia simples: reconhecer a intencionalidade política das ações humanas e, conseqüentemente, reconhecer que a tecnologia social tem uma intenção de inclusão social. A grande maioria das reflexões que foram levantadas em torno do tema do TIS tomam como dado o propósito inclusivo, sem explicitar ou problematizar o que é, o que implica e o que se entende por inclusão social.

Uma vez que as palavras têm uma história, e essa história nos importa, esse trabalho espera contribuir precisamente nesse ponto: inquirir nos sentidos históricos, epistemológicos e políticos da inclusão social. Em um momento de avanço na região da direita organizada e nem sempre democrática, entender como a ideia de inclusão social foi forjada e como ela foi apropriada e ressignificada por parte dos governos e processos populares da América Latina do início deste século nos ajudará a aprofundar no balanço que precisamos fazer sobre essas experiências.

2. Tecnologias para a inclusão social¹

Os começos do século XXI testemunharam uma reorganização da ordem mundial. O crescimento espetacular da China e a consolidação de sua posição nas relações econômicas internacionais começaram a desestabilizar a ideia de um mundo centrado em uma única potência: os Estados Unidos. O acrônimo BRICS cunhado por O'Neill em 2001 (embora oficialmente assumido pelos países em 2008) para se referir aos principais mercados emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - é expressivo de um mundo que estava começando a emergir como multipolar e que interpela toda a estrutura das relações entre centro e periferia.

Nesse contexto, a América Latina estava passando por uma 'virada para a esquerda'. A raiz das devastadoras consequências que o neoliberalismo das décadas anteriores vinha gerando, nos setores mais pobres da região, uma onda de mobilizações populares² que voltou a impulsionar o pêndulo político em direção ao campo popular. Sztulwark diz que essas mobilizações tornaram visíveis algumas 'subjetividades da crise' que constituíram novas formas de fazer em, para e pela crise: "é um tipo de protagonismo social que liga um momento comunitário a partir de baixo com a destituição da saída neoliberal" (2017, p.3, original em espanhol). Esse foi o cenário social em que foram criadas as condições para que novos governos assumissem o poder em vários países da América Latina, muitas vezes definidos sob a ideia de novos populismos (por causa de um parentesco com os antigos populismos latino-americanos) ou de projetos nacional-populares.

Em linhas gerais, alguns elementos comuns a esses governos foram: o retorno da intervenção do Estado na economia, outros termos de distribuição de renda (seja por meio da tributação ou pela nacionalização de atividades econômicas centrais), as renegociações da dívida externa, a formação de alianças regionais estratégicas³, a ampliação das

¹ Como esse grupo de trabalho (GT) tematiza as tecnologias sociais, o espírito desse trabalho não é aprofundar sua conceituação a partir dos referentes clássicos sobre o assunto - que considero como um piso mais ou menos geral da conversa - mas avançar em novas contribuições que aumentam as discussões do campo. Nesse sentido, esta seção apresentará apenas alguns elementos contextuais e gerais das tecnologias sociais.

² Com precedentes indispensáveis, como os que haviam estabelecido o caracazo (1989) e a insurreição comandada por Hugo Chávez (1992) na Venezuela, o lançamento da proclamação anti-sistêmica pela Frente Zapatista para a Libertação Nacional no México (1994) e a derrubada de três governos no Equador, liderados por diversos movimentos sociais e partidos de esquerda (1997), ocorreram no início deste século (só para mencionar alguns): na Bolívia, a 'guerra da água' (2000) e a 'guerra do gás' (2003); no Equador, mobilizações na cidade de Quito, incluindo fortes contingentes de setores médios com o apoio de organizações sociais (2005); na Argentina, as mobilizações diante das políticas econômicas de ajuste que, sob o slogan '*que se vayan todos*' levaram à queda do governo (2001).

³ Rejeitando o acordo de livre comércio proposto pelo governo Bush em 2005, criaram-se a ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, 2004), a UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas, 2008, 2008) e a CELAC (Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2010).

fronteiras produtivas e a intensificação da exploração dessa produção com aumentos espetaculares do rendimento da terra e do trabalho⁴.

No entanto, esses processos ‘avançados’ tiveram complicações profundas. A maior renda nacional, facilitada pela evolução favorável dos preços das matérias-primas, fez com que os países da região se aprofundassem numa situação de dependência da exportação de produtos primários. A perda de biodiversidade - praticamente irreversível - e o desenraizamento social das/os camponesas/es, pequenas/os produtoras/es e comuneras/os índias/os que migraram para as grandes cidades ou no exterior também foi uma marca do período. A inflação e o crescimento legítimo da atividade sindical reativaram as lutas distributivas. Na ocasião, os governos recorreram à criminalização do protesto, de fato ou modificando a legislação. Várias formas de paternalismo e clientelismo marcaram as relações entre governo e sociedade civil (CORAGGIO e LAVILLE 2014). Todas essas dificuldades foram reforçadas pelas ações das classes privilegiadas que, sentindo-se ameaçadas recorreram para mobilizar pressões externas e a mídia concentrada para organizar a oposição, bem como a classe média que questionaram os esforços que lhes foram ordenados e mostrou descontentamento com políticas sociais que consideravam demasiado generosas ou permissivas.

A ideia-força de ‘inclusão social’ passou pelas definições políticas de todas essas experiências. Governos, movimentos sociais e estudantis, pesquisadoras/es estavam por trás desse objetivo que resumiu, de modo geral, a recomposição material e simbólica de amplos setores sociais submetidos a desigualdades estruturais de longa data e reforçadas nas experiências neoliberais do passado recente. A ciência e a tecnologia não estavam imunes à onda de desenvolvimento sustentável e inclusivo que invadiu a região e a ideia do conhecimento científico ao serviço da sociedade retornou para dar à ciência a oportunidade de provar que era capaz de fazer contribuições para a inclusão social e para o aumento do bem-estar das populações. Assim, foi dado ao conhecimento científico uma oportunidade para sua re-legitimação após o embate sofrido por suas respostas inadequadas ou inexistentes aos limites inegáveis do crescimento econômico que tinham sido expostos e que mostraram sua face mais difícil com a crise de 2008 que atingiu os Estados Unidos e reverberou em todos os países do globo.

⁴ Há certo consenso nos estudos sobre esses processos de que as experiências mais radicais em termos de avanço do ‘socialismo do século XXI’ foram as da Bolívia, do Equador e da Venezuela. Países como Argentina, Brasil, Uruguai, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Paraguai, embora estejam incluídos nas experiências nacional-populares da época, mostraram características menos radicais.

Recuperando o fôlego das propostas que surgiram nos anos '60 e '70 na América Latina sobre uma ciência comprometida e popular, no início desse século foi colocado de volta na mesa o questionamento à suposta neutralidade do conhecimento científico. Reconhecendo que há interesses políticos e econômicos em jogo no desenvolvimento científico e tecnológico, não é possível afirmar que suas consequências foram imprevisíveis ou indesejáveis. Perante isso, o projeto de uma ciência inclusiva devia necessariamente incorporar os valores e interesses das/os socialmente excluídas/os no processo de produção do conhecimento científico (DIAS e NOVAES, 2009): a rejeição tanto aos conhecimentos locais e empíricos quanto às práticas tradicionais que ocorrem em contextos distantes dos laboratórios, tem sido um preço alto a pagar pelo mundo moderno (VESSURI, 2008). Obviamente, para os grupos mais poderosos com alta capacidade de pressão, o fortalecimento da inovação empresarial com vistas a aumentar a competitividade industrial continua sendo o objetivo central da ciência e tecnologia (CASAS *et al*, 2013, p.4). Esses grupos não renunciam à possibilidade de beneficiar-se da força e do escopo que a ideia de desenvolvimento sustentável e inclusivo mostrou desde suas origens, o que faz desse campo um espaço intenso e vital de disputa de sentidos e interesses.

Nesse contexto, os movimentos das tecnologias sociais no Brasil e as tecnologias para inclusão social na Argentina assumiram um papel importante⁵. Herdeiras das propostas dos anos '60-'70 das tecnologias adequadas, bem como dos '80 do construtivismo social da tecnologia, articularam uma nova maneira de entender a relação entre tecnologia e desenvolvimento, focado fortemente em torno da ideia de inclusão social. Em geral, e mesmo com suas diferenças, essas perspectivas discutiram a lógica linear do desenvolvimento tecnológico, propondo ações de espaços e práticas que articulam diferentes tipos de conhecimento, acadêmicos e populares, codificados e tácitos, em territórios específicos. Em suma, eles pretendem dar conta de novas formas de abordar problemas sociais em que o desenvolvimento da tecnologia pode desempenhar um papel transformador, repensando os processos em que essas práticas ocorrem.

⁵ O Grupo de Análise de Políticas de Inovação no Brasil, com base na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com referências como Rafael de Brito Dias, Renato Dagnino, Henrique Tahan Novaes, Lais Silveira Fraga, Márcia Maria Tait Lima, Milena Pavan Serafim, Rogério Bezerra da Silva, entre outros/as e do Instituto de Estudos de Ciência e Tecnologia na Argentina, com base na Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), com referências como Hernán Thomas, Fernando Tula Molina, Santiago Garrido, Anahi Ballent, Facundo Picabea, Sebastian Carenzo, Ariel Vercelli, Lucas Becerra, Alberto Lalouf, Paula Juarez, Gabriela Bortz, entre outros/as, tornaram-se referências inevitáveis para abordar as TS e TIS, respectivamente, a partir do contexto mais amplo de Estudos Sociais Ciência e Tecnologia (ESCT), buscando contribuir para a construção de outro modelo de desenvolvimento científico e tecnológico capaz de gerar condições tecnológicas que satisfaçam necessidades sociais. No entanto, nos últimos anos têm proliferado experiências e pesquisas sobre o assunto em outras regiões desses países, bem como outras partes do continente.

Embora os desenvolvimentos tecnológicos, como processos sociais, envolvem sempre a participação das pessoas, a predominância que é dada ao artefato tecnológico opaca o caráter social e contribui a reproduzir a ideia da neutralidade tecnológica, apresentando um artefato desvinculado das pessoas, não poluído, não contaminado por interesses e, como tal, apolítico. A partir do momento em que as tecnologias sociais colocam a palavra ‘social’ em sua definição, ocorrem pelo menos dois efeitos de relevância política. Por um lado, nos lembra a natureza social da tecnologia e, com ela, sua politicidade; o artefato não é abandonado, mas o tecido social do qual ele faz parte é iluminado. Por outro lado, o adjetivo ‘social’ refere-se mais ou menos em geral - pelo menos no uso cotidiano - aos problemas da pobreza, marginalidade ou exclusão. Isto implica que as tecnologias sociais vão colocar na cena tecnológica, tradicionalmente focada em artefatos, problematizações referentes às relações sociais, a pobreza, a inclusão social.

Assim, quando se propõe que as tecnologias sociais são o “suporte tecnológico-material das estratégias de inclusão social” (THOMAS e FRESSOLI, 2009, p.221), essa definição de tecnologia não está apenas englobando a dimensão material/artefatual, mas, seguindo a Dagnino (2009), abrange pelo menos três dimensões: a) *hardware*: equipamentos e insumos, b) *orgware*: formas de organização da produção e c) *software*: a forma intangível e tácita dos modelos mentais utilizados para conduzir as atividades referentes às duas dimensões anteriores.

Comumente, a relação entre tecnologia e inclusão social acompanha a seguinte linha de raciocínio:

- a) A mudança tecnológica é desejável porque constitui um caminho genuíno para o progresso;
- b) Esse progresso está associado ao aumento do bem-estar da população, entendido em termos de níveis crescentes de disponibilidade de bens e serviços;
- c) Essa disponibilidade é uma função positiva de três variáveis: i) o estoque de capital (com mudança tecnológica incorporada); ii) o desenvolvimento de novos produtos com ‘valor agregado’; e iii) a eliminação de estrangulamentos nas economias locais (e nos conflitos distributivos) via aumento da produtividade;
- d) Finalmente, uma vez que o setor privado na América Latina é subdesenvolvido (correspondência do ‘atraso’ da região), os esforços em termos de investimento em ‘ciência básica e aplicada’ e desenvolvimento tecnológico devem ser tomados por Estados, deixando apenas o desenvolvimento de produtos e investimento em equipamentos para a iniciativa empresarial. Como parte dessa racionalidade, a questão da inclusão social

restringe-se ao aumento do emprego industrial e aos benefícios associados ao status de um empregado, coberto pelo sistema de proteção social do Estado de bem-estar (THOMAS, BECERRA e Davyt de 2013, p.1, original em espanhol).

Se afastando dessas proposições que continuam vinculando a relação tecnologia-inclusão via mecanismo salarial - porque o trabalho assalariado não é uma possibilidade real para a maioria das pessoas desempregadas na América Latina (e deixando de lado se seria desejável ou não) -, a proposta das TIS segue um outro caminho: propõe pensar a inclusão social como o processo de gerar as condições para que: a) as/os que não têm trabalho entrem no mundo do trabalho pela porta da economia social; b) as/os que estão trabalhando no setor informal podem se tornar trabalhadoras/es da economia social e c) os que já trabalham na economia social podem consolidar sua posição (DAGNINO, 2014, p.192).

Vemos que, a inclusão social na proposição das TIS está fortemente enraizada na ideia de ‘trabalho’ e intimamente ligada à economia social. Longe das teorias que postulam o fim do trabalho⁶, a economia social reivindica a validade de sua centralidade e de seu poder quando é pensado fora de sua forma de mercadoria. O termo economia social (no Brasil, economia solidária) é usado para designar

atividades económicas organizadas de acordo com os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática. Suas diversas manifestações - geração de renda coletiva, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas recuperadas pelos trabalhadores, redes de troca e clubes, comércio justo e sistemas financeiros, grupos de produção ecológica, associações de mulheres, etc. - teriam em comum a primazia da solidariedade sobre os interesses individuais e o lucro material, que se expressaria através da socialização dos recursos produtivos e da adoção de critérios igualitários. A lógica geral seria a livre associação de trabalhadores para a cooperação (LAVILLE e GAIGER, 2009 em TAIT LIMA e DAGNINO, 2011, p.109, original em espanhol).

O papel específico das TIS no processo de inclusão proposto acima, ligado à economia social, é o desenvolvimento do suporte tecnológico-material para empreendimentos da economia social. Para isso, as TIS são, ou deveriam ser, adaptadas ao pequeno tamanho, liberando o potencial criativo das/os trabalhadoras/es e não produzindo hierarquias entre

⁶ Antunes (2005) discute fortemente a idéia da perda da centralidade do trabalho, uma afirmação que ignora as múltiplas formas de trabalho que existem fora da estrutura salarial e que, sendo imprescindíveis para a reprodução do capital, estão historicamente sujeitas a condições de exploração e de negação sistemática de seu caráter de trabalho. A denúncia que o feminismo tem feito sobre o trabalho doméstico que, sendo fundamental para o capital, é negada a sua definição como trabalho apelando para questões morais ou afetivas, é um claro exemplo desse mecanismo de desconhecimento.

elas/es (DAGNINO, 2014). Thomas e Fressoli acrescentam à lista adicionando que as TIS devem permitir a diferenciação de produtos, a adaptação e melhoria dos processos produtivos, o desenvolvimento de novas formas de organização, a incorporação de valor agregado, a intensificação do conteúdo cognitivo de produtos e processos (contra a ideia de tecnologias simples, porque são “tecnologias para pobres”), a inclusão de usuárias/os-beneficiárias/os nos processos de projeto e produção (2009, pp. 225-226).

3. Descolonizar a inclusão

Se é verdade que a ideia de inclusão social (da perspectiva estatal) condensou a vontade reparadora que os governos populares do século XXI tiveram com os setores relegados e violentados em seus direitos, implicando uma inegável melhoria material para eles e a indiscutível recuperação de direitos que lhes foram retirados, também é verdade que essa experiência política inclusiva mostrou um lado amargo: não conseguiu revalidar muitos desses governos nas urnas.

Sem nenhum interesse em respostas simplistas que invocam argumentos do tipo ‘elas/es não sabiam valorizar os benefícios que lhes foram concedidos’ ou ‘foram alienadas/os pôr o desejo ilimitado de consumo’, estou interessada em entrar na questão da inclusão social: como foi postulada, pensada e implementada?, que pressupostos teóricos e epistemológicos organizaram sua proposta? Ou, nas palavras de Álvaro García Linera, em que temos errado os governos progressistas que, quando distribuímos riqueza, o que surge é um tipo de resposta que não pode ser governada dentro da estrutura de nossas ideias e de nossos esquemas? (apud SZTULWARK, 2017).

Após um tempo de trabalho no campo das tecnologias para a inclusão social, percebi que a inclusão operava ali como um horizonte inquestionável mas, ao mesmo tempo, ambigualmente definido. Para entender melhor os processos inclusivos do início do século e, especificamente, a maneira como eles foram articulados com base nos desenvolvimentos tecnológicos, decidi abordar uma leitura crítica sobre eles. É importante notar, dada a confusão frequente entre crítica e controvérsia (GAGO e SZTULWARK, 2015), que a intenção não é negar, impugnar ou ignorar essas iniciativas, mas pensar qual analítica nos permite entender seu funcionamento e, se é possível, entender como conseguir que esse funcionamento deixe lugar a um outro mais consistente, mais justo, revelando as contradições que surgem quando essas iniciativas se desenvolvem -porque não há outra

opção possível - dentro do sistema capitalista mundial. Assim, como Romero Losacco (2014), acredito que esse exercício crítico é uma tentativa de chamar a atenção para práticas totalizantes que podem levar as políticas de inclusão a se tornar uma forma de colonialismo interno.

Não foi fácil encontrar leituras que me orientassem nessa busca, uma vez que a literatura sobre inclusão social e, principalmente, sobre os processos inclusivos do século XXI na América Latina, visam principalmente pensar como e até que ponto essas iniciativas foram inclusivas, mas, estranhamente, elas não desenvolvem em profundidade o que se entende por inclusão. Eu enfatizo, nesse sentido, ao Diego Sztulwark e à Verónica Gago na Argentina e ao José Romero Losacco na Venezuela, cujas obras foram muito estimulantes para pensar sobre essa questão.

Romero Losacco, em *A invenção da exclusão* (2014), faz uma revisão histórica - na perspectiva decolonial - do conceito de inclusão social. O autor diz que foi em 1974 que René Lenoir⁷ cunhou o termo 'exclusão social' para se referir à população francesa que vivia fora da rede de segurança social pública baseada no emprego (pessoas com deficiência, idosos/os, mulheres, crianças que sofrem abuso, viciadas/os em drogas, etc.). Lembre-se que no início dos anos 1970, a França estava enfraquecendo sua posição global - o processo de independência de suas ex-colônias africanas e o maio francês eram uma expressão disso - e foi ameaçado o contrato social que mantinha a coesão no país. Assim, impedir ou reverter a exclusão tornou-se uma tarefa urgente do Estado. A ideia de exclusão/inclusão social, ligada à relação salarial, tal como foi colocada por Lenoir, espalhou-se rapidamente através da União Europeia substituindo o conceito de pobreza, que tinha um outro poder porque referia-se às estruturas de distribuição desigual da riqueza (MATHIASON apud ROMERO LOSACCO, 2014). O surgimento do termo exclusão social foi, portanto, uma operação para despolitizar a pobreza.

Mesmo quando o nascimento do termo remonta a 1974, Romero Losacco postula que a inclusão é, apenas, um novo capítulo do discurso do desenvolvimento: “enquanto desenvolvimento é um conceito ligado ao Estado e ao momento desenvolvimentista coberto por políticas keynesianas, a inclusão surge no momento em que o keynesianismo cai em desgraça e avançam as políticas neoliberais e a sociedade de mercado” (2014, p.97, original em espanhol). Ao mesmo tempo, ambos (o capítulo do desenvolvimento e o da inclusão) fazem parte da longa compilação da colonização. Enquanto muda o modo de

⁷ Secretário de Estado da Acção Social em França entre 1974 e 1978.

definir os problemas (incivilização, pobreza, exclusão) e aquelas/es sujeitas/os a serem intervindas/os (bárbara/o, subdesenvolvida/o, excluída/o), a lógica permanece intacta.

Em todas essas definições, aparece um/a enunciador/a legítimo/a se dirigindo a um/a destinatário/a igualmente legítimo/a que tem o direito de olhar para aquelas alteridades que se destinam a ser incluídas, mas que não têm o direito de falar: loucas/os, criminosas/os, crianças, mulheres, camponesas/es rurais, selvagens, em suma, excluídas/os (ANGENOT, 1989 apud ROMERO LOSACCO, 2014). Isso mostra que a vontade de ‘incluir a todas/os’ não implica a possibilidade de que todas/os possam fazer a ação de incluir:

A inclusão é uma via de mão única e não um direito recíproco. Em um mundo regido pela matriz colonial de poder, quem inclui e quem é bem-vindo a ser incluído é estabelecido em relações de poder codificadas. O *locus* de enunciação a partir do qual a inclusão é estabelecida é sempre um *locus* que mantém o controle do conhecimento e o poder de decisão através de linhas raciais e de gênero, através de orientações políticas e regulações econômicas (MIGNOLO in ROMERO LOSSACO, 2014, p. 57, original em espanhol)

Então, vale a pena notar que atravessar a fronteira que separa o interior do exterior não é gratuito. Entrar ou ser incluído/a tem um custo, requer um esforço: aquelas/es que entram devem sacrificar certas características de seu ser, soltar-se de algo (das ‘tradições’), ser como, assemelhar-se a quem reside na condição de inclusão. O aspecto perverso da proposta é que essa ‘semelhança com o/a incluído/a’ é um mandato irrealizável que se oculta sob a relação da igualdade/desigualdade: devemos civilizar ao bárbaro, desenvolver aos pobres ou incluir aos excluídos para que eles adquiram sua condição de igualdade com as demais pessoas.

A armadilha é, precisamente, que a igualdade está associada a que todos sejam iguais à minoria privilegiada (e incluída), o que oculta que os privilégios não são universalizáveis, uma vez que só são possíveis como privilégios, e que, portanto, essa igualdade é irrealizável. O convite para entrar no mundo das/os incluídas/os onde os ‘direitos do mestre’ seriam universais esconde que, na verdade, já estamos todas/os dentro e que, portanto, não têm excluídas/os, mas sim exploradas/os. Aqueles que querem ser postulados como se estivessem fora, não só já-fazem-parte do sistema ao que se lhes pretende incluir, senão que, também, são parte fundamental do mesmo.

Assim, o custo de abandonar os traços próprios e as tradições para ser incluída/o mostra a sua verdadeira cara: é um mandato que não pretende incluir a certos setores (no sentido de

fazer parte a um setor de um espaço que historicamente lhes foi negado), mas tirá-los de suas ferramentas de luta, em resumo, despolitizá-los. Dessa forma, o que constitui o “o exterior internalizado” é produzido ativamente como não-político ou despolitizado:

Essa ênfase na produção da desapropriação permite uma análise de seu lado efetivo e produtivo [...] porque exige vê-la em sua dupla face: se essa desapropriação ou exclusão precisa ser produzida, é porque ela precisa se opor e competir com uma, vamos chamá-la, produtividade política própria de aquilo que se deseja excluir. Essa produtividade política característica daqueles que, ao mesmo tempo, são- produzidos-como-despossuídos será, Butler parece nos alertar, reconhecida e negada por meio de caracterizações pejorativas, desvalorizantes, passivas, mesmo e especialmente quando essa produtividade entra em cena, se ativa, se mobiliza e/ou se pronuncia (GAGO, 2014, p.288, original em espanhol).

Se, como Gago propõe, excluir implica um esforço constante e sistemático para produzir essa exclusão, isso deixa em evidência o risco, em termos de seu potencial de destituição, que esses setores têm. Dessa forma, as/os supostamente excluídas/os não são apenas aquelas/es que permitem a possibilidade da existência dos ‘privilégios do mestre’, mas, ao mesmo tempo, representam sua ameaça. Elas/es seriam, seguindo a Prada Alcoreza, presenças ocultas, veladas ou opacas de formas ou projetos alternativos civilizacionais e culturais (2010, p.55).

Em suma, a lógica da inclusão/exclusão, então, baseada em uma falsa relação de igualdade/desigualdade, produz ativamente uma ficção de externalidade e de sujeitas/os excluídas/os com sua conseqüente promessa de inclusão a um lugar previamente definido e não passável de ser modificado onde, para entrar, elas/es devem sacrificar algo e a decisão de entrar não estará em suas mãos, mas naquelas de as/os sujeitas/os estabelecidas/os como legítimas/os para decidir isso.

Esse mecanismo, da forma que foi colocado, tem uma longa vida operando. Romero Losacco afirma que no mesmo processo de colonização essa lógica já era válida: “a América sempre foi construída como o exterior, o exterior do mundo conhecido, o exterior da civilização e o exterior da modernidade, portanto sempre foi necessário incorporá-la, civilizá-la, modernizá-la, incluí-la” (2014, p. 56). A partir daí, e ao longo dos últimos cinco séculos, a expansão da modernidade implicou a inclusão do resto dentro dos ‘benefícios’ que ela traz consigo. Essa mecânica de dominação, que solapa a suas intenções sob

promessas perversas de igualdades impossíveis e que, conforme foi levantada, foi atualizada sob o nome de inclusão social nos anos 70 na Europa, foi reativada de alguma forma na América Latina no início desse século com os governos de signo popular.

O que tentei até agora foi dar conta da pesada história colonial que constitui o termo inclusão social. No entanto, não há necessidade de assumir - e não é minha intenção fazê-lo - que a atualização desse termo em sua versão latino-americana vai reproduzir essas mesmas relações coloniais. Assim, a intenção desse pequeno *racconto* histórico foi fornecer algumas pistas para entender o que carregava a ideia de inclusão social antes de se tornar a bandeira dos governos populares da região.

Não é fácil reconstruir os sentidos com os quais os processos inclusivos foram definidos na América Latina, não apenas porque, como foi mencionado, a questão foi pouco abordada a partir da perspectiva que interessa aqui, mas também pelas especificidades de cada país. Vou tomar, então, algumas reflexões que Diego Sztulwark e Verónica Gago apontaram sobre a experiência argentina, considerando que elas podem dar uma ideia do que poderia ter acontecido em outros países da região, mas sabendo que isso mereceria um estudo particular.

O Kirchnerismo⁸ na Argentina, diz Sztulwark (2017, 2018), coloca em jogo uma vontade de inclusão. Isto é, mobilizou uma vocação de reparação, com uma idéia muito forte de incluir as/os excluídas/os no consumo e nos direitos. Valeriano nos convida a pensar sobre essa incorporação ao consumo em termos de vitalização:

É verdade que o mesmo processo que leva ao aumento do consumo pode ser interpretado como a base de novas dependências (do tipo “objetivas”: mercado mundial, sistema financeiro e tecnológico, e de tipo “subjetivas”: padrão de consumo, crescente subordinação do tempo controlado por outros para garantir o consumo, etc.). Mesmo assim, insistimos no fato de que nesses processos se fortalece uma vitalização dos pobres pelo consumo (por outro lado, muito relegado) (Valeriano, 2015, p.4, original em espanhol)

Embora os limites e as contradições dessa dinâmica inclusiva sejam importantes – de fato, é sobre eles que eu quero trabalhar - eu queria começar apontando a ideia da vitalização de Valeriano para me correr desde o início daquelas posições que ‘não vem nada bom’ em os processos de inclusão social da América Latina - especialmente o argentino - e propor a partir de agora essa chave de leitura. Nas palavras de Sztulwark, consumo é desejo: não se

⁸ Em referência aos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández (2007-2011 e 2011-2015).

trata de impugná-lo, mas de pensar criticamente sobre os mecanismos propostos para torná-lo efetivo.

Nesses processos de inclusão social, dois aspectos convergiram simultaneamente: a) um justo e ativo, que tem a ver com uma reparação material e simbólica dos setores relegados, mobilizada, entre outras coisas, pela melhoria da capacidade de consumo e b) um hierarquizante e anulador, que tem a ver com o fato de que essa reparação foi apoiada, coincidiu e coexistiu com uma micropolítica neoliberal, que impedia o questionamento da dimensão simbólica dos processos de consumo e a forma como ele subjetiva (por exemplo, através das imagens de felicidade que esse consumo tornou viáveis e cuja confecção corresponde aos centros de poder dos países centrais do capitalismo global) (GAGO e SZTULWARK, 2015).

Essa dificuldade de transformar as maneiras pelas quais o consumo subjetivou neoliberalmente tem a ver, em parte - e apenas em parte⁹ - com que a ideia de excluídas/os, mesmo que fosse verdadeira do ponto de vista do consumo e dos direitos, não lia em todas as suas possibilidades um certo poder popular:

Por que aqueles sujeitos que eram tão centrais em destituir o neoliberalismo anterior não estavam no centro da tomada de decisões, no centro da nova imaginação e, acima de tudo, no centro da determinação do que era chamado de consumo? Porque, estamos certos, de que aumentos no consumo em países como o nosso são fundamentais, mas também é essencial pensar que tipo de consumo, quem produz, que empresas, que modelos de felicidade, que estratégias, quem toma as decisões. Elas não são coisas que vão separadas. A própria ideia de “inclusão” é limitada quando não está disposta a considerar criticamente o espaço em que se pretende incluir os excluídos (SZTULWARK, 2017, p.4)

Essas dinâmicas de inclusão, durante o kircherismo, foram muitas vezes colocadas esquecendo ou ignorando as trajetórias de luta daqueles setores definidos como excluídos, o seu poder instituidor, recentemente demonstrado na crise de 2001 (como afirma Sztulwark), mas também na sobrevivência de anos de colonialismo violento que insiste em fazê-los desaparecer e que não consegue fazê-lo. Essa vontade de inclusão parte de uma sensibilidade generalizada que compele ao Estado a não ser indiferente perante as pessoas em situação de vulnerabilidade ou exploração, vê-se condicionada ao impossibilitar que o

⁹ As razões para as dificuldades dos processos inclusivos dos governos populares excedem em muito o que é abordado por essa tese. De fato, ainda são discussões abertas que oscilam entre a impossibilidade de modificar relações de força longas e fortemente instituídas e a involuntariedade do governo, porque não faria parte de seu programa político.

território ao qual se quer incluir as/os excluídas/os seja discutido, “naturalizando a sociedade de mercado como o dentro absoluto” (ROMERO LOSACCO, 2014, p. 148).

A racionalidade estatal - baseada na ideia de que o indivíduo é a unidade mínima em que uma sociedade pode ser dividida e que a definição desse indivíduo é centrada em sua qualidade de proprietário - assume como funções centrais do Estado a administração de direitos indivíduos e a defesa da propriedade privada (ROMERO LOSACCO, 2014). Essa situação reforça o aspecto anulador desses processos inclusivos (nos termos anteriormente colocados), uma vez que esse caráter de indivíduo-proprietário não corresponde a amplas experiências de setores populares (definidos como excluídos) que ocorrem principalmente coletivamente e que, como argumenta Lander, seus “problemas não são definidos pela defesa do que existe, mas pela necessidade de alcançar o que não se tem” (LANDER, 2000 apud ROMERO LOSACCO, 2014, p.75). Em suma, a linguagem oferecida pelo Estado para estabelecer essa relação de inclusão não corresponde, geralmente, com à linguagem daqueles setores aos quais se pretende incluir.

As políticas públicas voltadas ao fortalecimento das experiências populares da economia social (incluindo as políticas de tecnologias para inclusão social) promovidas pelo kirchnerismo tendem a manifestar em suas propostas e instrumentos essa coexistência ambígua do que foi levantado como aspectos ativos e, ao mesmo tempo, anuladores. O programa PROCODAS¹⁰ - central para as políticas nacionais de inclusão social baseada em tecnologias - organiza sua proposta sob a seguinte lógica: as tecnologias são desenvolvidas com a participação das/os trabalhadoras/es, adaptando-se às suas necessidades, recursos e capacidades específicas e melhorando a competitividade dos empreendimentos. Isso gerará uma posição mais consolidada no mercado, melhorando as condições de trabalho e até aumentando o número de trabalhadoras/es, resultando em um dinamismo inclusivo da economia local.

Incluir significa, nessa proposta, melhorar ou consolidar posições estratégicas no mercado, ou seja, sacrificar das práticas solidárias próprias desse tipo de agrupamentos tudo o que é improdutivo segundo os critérios comerciais. Em suma, abandonar seu caráter para assumir a forma da empresa. Continuando com Sztulwark, a premissa do neoliberalismo é que o poder humano é aperfeiçoado sob a forma de empresa: tudo que toma uma forma não empresarial é patológico, perigoso ou suspeito. A mensagem, então, é que a única maneira

¹⁰ Programa Consejo de la Demanda de Actores Sociales do ex Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación.

de progredir é através da forma empresarial neoliberalmente concebida. Todas as formas previamente existentes de solidariedade social são dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada e da responsabilidade pessoal.

Andrés Ruggeri afirma que, embora todas essas políticas constituam um marco para a revitalização da economia popular, é duvidoso que elas possam se qualificar como uma política consistente em relação à economia solidária e à autogestão:

para o pensamento econômico hegemônico no governo kirchnerista o eixo passa pela recuperação produtiva e o pleno emprego a partir da reindustrialização do país, das obras públicas e da recuperação da soberania econômica a partir do reforço do papel do Estado como regulador do mercado e fiador das políticas. Não há lugar claro neste esquema para o setor autogestionado da economia. Para o governo, o capital industrial e agro-industrial privado, incluindo empresas estrangeiras e multinacionais são atores fundamentais no crescimento da produtividade, juntamente com uma ação progressiva do Estado para remediar as falhas do capital privado, incluindo algumas reestatizações de empresas públicas. Nesse sentido, a Economia Solidária só conta como política social, tais como subsídios para atividades econômicas que contribuem para resolver a crise do emprego, mas sem constituir um fator importante nas principais tendências na economia (...) nem o Ministério da Produção nem o de Economia, nem o Planejamento Federal (que lida com a maior parte dos recursos para obras públicas), levam atenção ao setor: não o consideram como um ator econômico (RUGGERI, 2012, p. 476, original em espanhol)

5. Fechamento

Tendo dito tudo isso, o que pode nos ajudar a repensar os processos inclusivos para melhorar seus aspectos positivos e justos e moderar ou conter seus aspectos anuladores? De que maneira as experiências de tecnologias para inclusão social podem contribuir para esse propósito? Grosfoguel afirma que “se não houver uma revolução cultural descolonial de nossa subjetividade informada por aquele projeto civilizatório eurocêntrico que nos faz ter falsas necessidades, se não houver descolonização dos conteúdos do processo, acabamos reproduzindo tudo contra o qual estamos lutando. Não se trata de fazer um julgamento moral sobre as pessoas que se beneficiam dos processos populistas e, depois, não os acompanham. O que pode ser feito é uma crítica descolonial desses processos” (2017).

Para fazer isso, será necessário transformar certa herança marxista que continua colocando a disputa capital-trabalho como o núcleo, postulando como secundário ou complementar aquelas que operam em outras questões, para nos aproximar a uma concepção do mundo como a de Anibal Quijano com a sua proposta de colonialidade do poder (2000). A partir desta perspectiva, é possível abordar o que Romero Losacco chamou de “as duas escalas paradigmáticas no discurso da inclusão” (2014, p. 93, original em espanhol). Por um lado, na escala material, seguindo o mesmo autor, a inclusão focada no fornecimento de oportunidades deve ser substituída por um reconhecimento focado em fornecer condições, porque, em geral, a igualdade de oportunidades muitas vezes se lhe oporem condições desiguais. As políticas sociais devem partir das condições, caso contrário, ao fornecer apenas as oportunidades, se deixam as possibilidades nas mãos do mercado. Por outro lado, no plano das subjetividades, o autor propõe que é necessária uma ruptura semiótica com a totalidade.

Nessa linha, Luis Tapia oferece pensar em termos de formação social *abigarrada*, para pensar sobre a coexistência e superposição desarticulada de vários tempos históricos, modos de produção, concepções de mundo, línguas, culturas e diferentes estruturas de autoridade. Na noção de formação social *abigarrada*, a ênfase não está na articulação e na refuncionalização, mas na ideia de sobreposição desarticulada. Isso mantém a ideia de que há uma diversidade de modos de produção, mas ao mesmo tempo serve para pensar sobre a margem que não conseguiu transformar e rearticular o desenvolvimento e a implementação do capitalismo (2010, p.100). Isso permitirá que a proposta de inclusão restrita abra o caminho para uma inclusão desobediente, que se baseia na solidariedade entre as múltiplas lutas e nunca na redução das lutas para um caminho único e decisivo.

Cumprindo as tecnologias sociais com um papel tão fundamental como ser o suporte material-tecnológico dos processos inclusivos, especialmente das experiências de economia solidária, é preciso avançar no seu desenvolvimento, mas reconhecendo que o forte signo marxista que lhes deu origem significou, muitas vezes, que o campo seja cego para questões de relevância superlativa, como gênero, raça, culturas diversas, etc.

Sendo nós -científicas/os e universitárias/os que trabalham nos territórios junto as comunidades excluídas- definidas/os como o destinatário legítimo “que tem o direito de olhar para essas alteridades a que pretende incluir” (ANGENOT de 1989 ROMERO Losacco, 2014) para quem são direcionadas muitas dessas políticas e iniciativas de inclusão social promovida pelo Estado, a responsabilidade (e o poder) nos foi dado para

organizar esses processos de inclusão sob os nossos próprios padrões de pensamento. Perante isso, o desafio diante de nós é duplo: primeiro, nos colocar naquele lugar, porque muitas vezes nós encarnamos a via de transmissão dos recursos disponibilizados pelo Estado e, ao mesmo tempo, nos mover do lugar de assistencialismo que levaria implícito nosso lugar de responsabilidade e que nos força a liderar esses processos. Enquanto nós continuamos liderando essas experiências, vamos continuar impondo as nossas práticas e lógicas que, enquanto científicas e a causa de sua pretensão epistemológica totalizante, não deixa espaço para o surgimento de outros epistemes.

Para isso, considero importante assumir que somos herdeiras/os de uma trajetória militante que, além de todas as suas conquistas - que são muitas -, colocou no fundo todas aquelas disputas que não ocorreram no plano estritamente produtivo, a causa de considera-las secundárias ou, no pior dos casos, infantis. Levar a participação popular a sério, ampliada a todas as suas dimensões possíveis, talvez torne realizável o retorno de um projeto popular, aprofundado, afiado, capaz de desafiar a onipresente ideia moderna de desenvolvimento e progresso para lhe opor um projeto de inclusão com um efetivo protagonismo das experiências populares onde o espaço a ser incluído consiga se tornar uma composição *abigarrada* que admite a pluralidade de experiências daquelas/es definidas/os como excluídas/os.

6. Bibliografía

- CASAS, Rosalba; CORONA, Juan Manuel y RIVERA, Roxana. Políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación en América Latina: entre la competitividad y la inclusión social. Conferencia internacional LALICS, Río de Janeiro, Brasil. 2013.
- CORAGGIO, José Luis y LAVILLE, Jean-Louis. Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur. Los Polvorines: Universidad Nacional General Sarmiento. 2014.
- DAGNINO, Renato. Tecnología Social. Contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB. 2014.
- DAGNINO, Renato. Tecnología social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi. 2009.
- DIAS, Rafael y NOVAES, Henrique. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnología Social. En R. Dagnino (org.) Tecnología social: ferramenta para construir outra sociedade, pp. 113-154. Campinas: Komedi. 2009.
- GAGO, Verónica. La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón. 2014.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro; SCOLNIK, Sebastián; SZTULWARK, Diego. ¿Hay una nueva forma-Estado? Apuntes latinoamericanos. Revista Utopía y Praxis latinoamericana, 19 (66), pp. 177-183. 2014.

- GAGO, Verónica y SZTULWARK, Diego. La temporalidad de la lucha social en el fin de ciclo “progresista” en América Latina [Blog]. Lobo Suelto. Septiembre de 2016. Recuperado de <http://anarqui coronada.blogspot.com.ar/2016/09/la-temporalidad-de-la-lucha-social-en.html>
- GROSFUGUEL, Ramón. [fonacit]. Foro “Descolonización en la ciencia y en la educación” [Archivo de video]. Febrero de 2017. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=N6ksojYfaDs&t=4s>
- TAIT LIMA, Márcia y DAGNINO, Renato. Economía Solidária e Tecnologia Social: Utopias concretas e convergentes. Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina, 1 (1), pp. 99-119. 2011.
- PRADA ALCOREZA, Raúl. Umbrales y horizontes de la descolonización. En A. García Linera, R. Prada Alcoreza, L. Tapia y O. Vega Camacho, El Estado. Campo de lucha. La Paz: CLACSO, pp. 43-96. 2010.
- QUIJANO, Aníbal Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. En E. Lander, (comp.) La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, pp-201-246. Buenos Aires: UNESCO-CLACSO. 2000.
- ROMERO LOSACCO, José. La invención de la exclusión. Individuo, Desarrollo e Inclusión. (inédito). 2014. Disponible en: [https://www.alainet.org/images/La%20inveni%C3%B3n%20de%20la%20exclusi%C3%B3n%20\(3\).pdf](https://www.alainet.org/images/La%20inveni%C3%B3n%20de%20la%20exclusi%C3%B3n%20(3).pdf)
- RUGGERI, Andrés. El Estado y la Economía Solidaria en la Argentina: apuntes sobre una relación conflictiva. En Benini (org.) Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economía solidária, pp. 457-480. 2012.
- SZTULWARK, Diego. [Alcatraz Audiovisual]. Neoliberalismo y formas de vida [Archivo de video]. Enero de 2018. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=EM4pju6b6x4>
- SZTULWARK, Diego. Ofensiva sensible [Blog]. Lobo Suelto. 2017. Recuperado de <http://lobosuelto.com/?p=13627>
- TAPIA, Luis. El estado en condiciones de abigarramiento. En Álvaro García Linera et al (eds.), El Estado. Campo de lucha, pp. 95-125. La Paz: Clacso. 2010.
- THOMAS, Hernán; BECERRA, Lucas y DAVYT, Amílcar. Repensar el desarrollo y el cambio tecnológico. De la crítica conceptual a la propuesta normativa. Conferencia internacional LALICS. Río de Janeiro, Brasil. 11 y 12 de noviembre de 2013.
- THOMAS, Hernán y FRESSOLI, Mariano. En búsqueda de una metodología para investigar tecnologías sociales. En R. Dagnino (org.), Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade, pp. 221-248. Campinas: Komedi. 2009.
- VALERIANO, Diego. El consumo libera [Blog]. Lobo Suelto. 2015. Recuperado de <http://anarqui coronada.blogspot.com.ar/2015/11/el-consumo-libera-y-resiste.html>
- VESSURI, Hebe. El futuro nos alcanza: mutaciones previsibles de la ciencia y la tecnología. 2008.